

14 OUT 1985

# Depoentes faltam e esvaziam as Comissões do Legislativo

*Dilze Teixeira*

**Brasília** — Comissão de Agricultura — depoente: Carlos Alberto Leite Barbosa, presidente do IBC. Adida *sine die* — Este aviso, afixado no quadro das comissões da Câmara já está virando uma rotina. O Embaixador Leite Barbosa alegou que “não seria possível” o seu comparecimento. Mas no mesmo dia foi visto descontraidamente no restaurante do Senado, almoçando com um grupo de jornalistas.

Mais objetivo, o jornalista Airton Baffa, de *O Estado de S. Paulo*, desvinciou-se da convocação feita pela CPI das Polonetas com o seguinte telegrama: “Comunico que não comparecerei a esta CPI, porque não tenho nada a dizer”. Isto gerou o protesto dos membros da comissão que decidiram ratificar a convocação. Como o Embaixador e o jornalista, muitos convidados neste semestre deixaram de atender às convocações das comissões de inquérito ou técnicas da Câmara.

## Faltosos

Entre os faltosos encontram-se o ex-presidente do Banco Central Antonio Carlos Lemgruber, que dias antes de sua demissão deixou de comparecer à Comissão de Economia alegando como motivo a viagem que fez aos Estados Unidos para negociação da dívida externa com o FMI. Seu sucessor, Fernão Bracher, não agiu de forma muito diferente: declinou do convite, da mesma Comissão, porque a convocação coincidia com a data de sua posse no Banco Central.

Mas o chavão “por razões superiores” é o que tem sido mais freqüentemente utilizado nos últimos dias pelos depoentes convidados das comissões. Entre

as personalidades que deixaram de atender às convocações feitas estão o Ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão; o presidente do Sindicato dos Editores do Brasil, Sérgio Lima; e o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, só para citar alguns exemplos.

Deixar de atender a uma convocação de CPI é ilegal e “pode dar até cadeia”, segundo o líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, após consultar o Regimento da Casa. Foi com base neste dispositivo legal que pela primeira vez em 15 anos um depoente compareceu “sob vara” (por determinação da Justiça) a uma CPI da Câmara, a das Polonetas.

O caso aconteceu com o ex-Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, Eduardo Carvalho, que há 15 dias negou-se a comparecer àquela CPI. Mas o presidente da CPI, Deputado Nélio Duque (PMDB-PR), não fez por menos: acionou a lei e Carvalho foi obrigado a dar seu depoimento sobre os contratos de exportação firmados com a Polônia e que resultaram num prejuízo da ordem de 2 bilhões de dólares para o Brasil, em 1979.

A desatenção de grande parte dos convocados não tem sido a única razão da dificuldade de uma ação mais eficaz e conclusiva das Comissões da Câmara. Freqüentemente os trabalhos são adiados por falta de quorum de seus membros, fato justificado pelo Deputado José Lourenço: “Isto é natural que aconteça, por causa da campanha eleitoral”.

Para com a desatenção dos convocados, Lourenço é menos complacente e defende “o cumprimento restrito da lei”. E vai mais além quando arremata: “Existem leis que tratam desta matéria e que prevêem punições que incluem até cadeia para os faltosos”.